

“Limpeza Urbana, Limpeza Humana”: a produção do Jornal Boca de Rua e a politização de vidas nuas¹

Caroline de Mendonça MUSSKOPF²
Luiz Felipe ZAGO³
Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS

Resumo

O Jornal Boca de Rua é desenvolvido por moradores de rua de Porto Alegre, estudantes voluntários e pela Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ONG Alice). A partir da observação-participante das suas reuniões de pauta durante 13 meses e da análise das edições 63 e 66 do jornal, este trabalho objetiva discuti-lo enquanto espaço de resistência a mecanismos biopolíticos (FOUCAULT, 2015; PELBART, 2003) que fazem da população de rua de Porto Alegre corpos vulnerados (ARÁN; PEIXOTO, 2007) e, portanto, vidas nuas (AGAMBEN, 2002). Ao mesmo tempo em que os integrantes do jornal buscam tensionar os processos de vulneração durante a produção semanal do jornal, também demonstram imagética e discursivamente as formas como são colocados na posição de vidas nuas contemporâneas.

Palavras-chave: Jornal Boca de Rua; Observação-Participante; Vulneração; Biopolítica; Vida nua.

1 Introdução

“Essa edição não tá vendendo muito bem. Acho que é porque logo na capa mostra que a gente tá bem, tá ocupando. Quando é pra falar da população de rua o povo quer saber mesmo é de tragédia. Coloca 'morte' na capa pra ver se não vende que nem água. Mas agora que poderiam estar nos ajudando ali, não vejo tanto”
(Diário de Campo, 2018, reunião de pauta 39).

O trecho que abre este artigo reflete a forma como os moradores de rua integrantes do jornal Boca de Rua se veem perante o resto da sociedade porto-alegrense, como veremos nas sessões seguintes. Ainda assim, também é explícito ao demonstrar as inquietações do grupo e buscas por melhorias.

¹ Trabalho apresentado na IJ07 - Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do sétimo semestre de Jornalismo na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: caroline.m.musskopf@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS na Linha de Pesquisa em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Professor do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil (Campus Canoas). E-mail: luizfelipezago@ulbra.edu.br.

O Boca de Rua existe há quase 18 anos e possibilita a articulação do grupo participante em diferentes esferas democráticas, observadas essencialmente durante suas reuniões de pauta semanais, desenvolvidas atualmente dentro da Escola Porto Alegre⁴. Fundado pela Organização Não Governamental Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ONG ALICE), faz parte de uma rede de projetos de comunicação que se baseiam na participação popular de grupos marginalizados em seu contexto social. Essa rede também é composta por outras mídias radicais alternativas e estudantes voluntários de diferentes áreas que de alguma forma contribuem ou já contribuíram para o desenvolvimento do projeto. Ainda assim, os integrantes do jornal ainda buscam e cobram participação mais ativa e de maneira mais completa por parte das universidades enquanto instituições.

O jornal também é um importante instrumento de geração de renda para os 35 moradores de rua que, além de vendê-lo⁵, desenvolvem as pautas, fazem entrevistas, fotografias e vídeos com o auxílio de estudantes (chamados colaboradores) e, principalmente, da jornalista Rosina Duarte, que fez com que o projeto acontecesse e o acompanha desde seu início, sem estrutura física ou planejamento a longo prazo, em 2000.

Nesse sentido, o presente estudo ocorre há 13 meses a partir da observação-participante, método no qual se extraem os trechos de diário de campo, fundamentada pela etnografia pós-moderna (GEERTZ, 1989), além da análise de conteúdo das edições 63 e 66 do Jornal Boca de Rua, “Luto e Luta” e “Limpeza Urbana, Limpeza Humana”, respectivamente. Objetiva-se, portanto, em um primeiro momento, investigar as formas como as vulnerações pelas quais passam os corpos dos integrantes em situação de rua se tornam pauta do jornal e de que maneiras a nudez de suas vidas, despidas de cidadania, indicam a forma como a biopolítica cotidiana é exercida sob seus corpos, posicionando-os como pura superfície de violência. Assim, visa-se abordar o Jornal Boca de Rua como um instrumento de resistência a esses processos, uma vez que se instaura como um espaço de militância para seus integrantes, politizando suas vidas e problematizando o estatuto político de suas existências.

⁴ Ler: MUSSKOPF, Caroline de Mendonça. ZAGO, Luiz Felipe. **Jornal Boca de Rua: O Potencial Democrático das Mídias Radicais Alternativas**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2018.

⁵ Em 2018, até o encerramento do presente artigo, o preço do jornal de 15 a 17 páginas era de 2 reais e sua tiragem média era de 12 mil exemplares. A cota média semanal é de 30 exemplares por integrante.

Entre setembro e outubro de 2016, a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC) desenvolveu o relatório *Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS*, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Movimento Nacional da População de Rua e representantes do Jornal Boca de Rua⁶. No período investigado, foram encontrados 2.115 adultos em situação de rua na cidade. Isso representa um acréscimo de 57% em relação ao último censo da FASC, realizado em 2012. Considera-se ainda que essa condição representa, para grande parte dessas pessoas, uma aproximação enquanto grupo identitário, uma vez que gera “pertencimento dessa população complexa que ocupa a rua de jeitos e formas variados em caráter também diverso pela situação transitória ou intermitentemente ou permanente” (SCHUCH, GEHLEN et al., 2017, p. 20). Nesse sentido, ao investigar os mecanismos biopolíticos (FOUCAULT, 2015) que afetam e são afetados pelas vivências dos integrantes do Jornal Boca de Rua, visa-se discutir não apenas suas condições enquanto população de rua, mas suas estratégias de resistência a estes processos constitutivos de suas subjetividades.

A violência é um dos principais problemas para os integrantes da população de rua de Porto Alegre. Mais de 60% dos respondentes da pesquisa desenvolvida pela FASC apontam já terem vivenciado situações nesse sentido, considerando ainda que 45% já foi expulso de algum lugar, seja de locais públicos como calçadas e praças, seja de hospitais e postos de saúde (SCHUCH, GEHLEN et al., 2017, p. 37). Esse tipo de violência simbólica, ao mesmo tempo, está em um contexto nacional de políticas de internações compulsórias, também observadas dentro do Jornal Boca de Rua com, por exemplo, o apoio à campanha “Zumbi só se for dos Palmares”⁷.

As reuniões de pauta semanais do Jornal Boca de Rua são o momento em que os integrantes do jornal se permitem relatar situações de violência e os problemas encontrados nos espaços públicos que foram pensados para os atender. É também a ocasião em que o grupo se encontra para pensar a próxima edição do jornal e, por isso, foi escolhida como tema da pesquisa.

⁶ Para saber mais, leia: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. SANTOS, Simoe Ritta dos (orgs.). População de rua: políticas públicas, práticas e vivências. 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.

⁷ Desde 2009, diversas peças da campanha Crack Nem Pensar fazem alusão a usuários da droga como “zumbis” e, portanto, seres sem direitos. Mesmo os integrantes da população de rua que não fazem uso da substância, também são alvo do estigma, uma vez que a população em geral faz analogia direta da “situação de rua” com o uso de drogas. Nesse sentido, a contracampanha “Zumbi só se for dos Palmares” visa mobilizar pessoas em torno da luta contra as internações compulsórias, que também é uma luta discursiva para que se entenda a população de rua como seres dotados de direitos.

Dentre os três meses que envolvem a produção de uma edição do Jornal Boca de Rua, nem todas as reuniões possuem esse propósito. Muitas vezes, a reunião começa às 14h30min com os informativos (neste momento, cada um que deseja falar precisa se inscrever e a ordem seguirá conforme anotado pela coordenadora do grupo, Rosina). Em seguida, ou os grupos das pautas vão se separar para produzir (junto com o colaborador responsável por sistematizar todos os conteúdos, ou mesmo transcrever entrevistas gravadas), ou passa-se diretamente para a distribuição do jornal aos integrantes. O procedimento padrão foi definido pelo próprio grupo em votação e começa com algum colaborador que faz a contagem inicial para que a distribuição possa começar; depois, os integrantes assinam os jornais e entregam novamente para um colaborador conferir e recontar o material. A reunião só é “aberta” para a participação de novos estudantes a partir das 15h30min, para que a produção não seja afetada pelo tempo de apresentações.

2 Corpos Vulnerados

Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto (2007, p. 2-3) sustentam que a vulnerabilidade é um atributo de todo ser humano. Os autores também definem este primeiro conceito como “um grupo de pessoas momentaneamente incapazes de exercer sua liberdade por uma contingência [...] [ou] um outro grupo que também se mostra incapaz, mas por conseqüências 'sociais' e 'políticas’” (ARÁN, PEIXOTO, 2007, p. 2-3). Ainda assim, é possível estabelecer um caráter transitório à condição de “vulnerabilidade”. Por outro lado, vulnerado são aqueles “indivíduos e populações [...] excluídos do estado de direito, vivendo numa zona de indeterminação, onde sua liberdade é subtraída e sua vida perde o valor”. Isto é, nem todas as pessoas são vulneradas efetivamente. Nesse sentido, o autor e a autora apontam a necessidade da classificação de uma vulneração concreta.

Conforme já tratamos em discussões anteriores, a vulneração é um processo visível em diversas situações presenciadas pela autora em pesquisa de campo. Em outro momento de uma reunião de pauta, um dos integrantes do jornal explicou brevemente a relevância desta temática:

Luís⁸ se inscreve para falar e faz um relato sobre a Assembleia dos Povos, que aconteceu no último final de semana. Ele comenta que participou da

8

Os nomes foram substituídos para evitar a exposição indevida das pessoas participantes da pesquisa.

cobertura do evento (que foi feita de forma colaborativa) e que uma das conclusões do grupo foi que a saúde é uma pauta em comum para a população de rua, os indígenas e os quilombolas. 'Outra pauta em comum é o extermínio das nossas populações', ele complementa (Diário de Campo, Reunião de pauta 29, 2018).

Os integrantes do jornal Boca de Rua possuem vulnerações observadas não apenas durante as reuniões de pauta, mas também nos momentos de conversa que a antecederam ou sucederam. Nesses diferentes espaços, verifica-se o exercício do que Michel Foucault (2015, p. 144) chamou de biopoder quando afirmou que “o corpo é uma realidade biopolítica”.

Se, durante o regime de soberania, o soberano tinha o direito de matar o súdito, na época seguinte (caracterizada por Foucault como regime disciplinar) o poder passou a “funcionar na base da incitação e da vigilância” (ARÁN, PEIXOTO, 2007). Nesse contexto, Peter Pál Pelbart (2003) explica que o biopoder é aquele exercido sobre a vida e os corpos das populações e, nesse processo, o poder não se encarrega mais de “fazer morrer”, como outrora, mas de “fazer viver” e gerir esse modo de vida, com o objetivo de normalizar a população. Ao contrário das técnicas políticas voltadas para o controle do corpo individual, o biopoder foca no “corpo-espécie”, ou seja, na regulação da população como um todo (FOUCAULT, 2015).

A saúde pública como um todo é um destes mecanismos de controle que decidem quem e como vive (AGAMBEN, 2002, p. 11); e foi assunto, de diferentes formas, em todas as reuniões de pauta do jornal Boca de Rua que participei. Foucault (2015, p. 144) afirma que “[f]oi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista”. Daniel Wunder Hachem (2011, p. 342) aponta ainda que “a atuação biopolítica dos Estados contemporâneos pode ser identificada em situações muito mais sutis, e que muitas vezes passam despercebidas”. Entretanto, o investimento biopolítico no “fazer viver” da população só acontece mediante o “deixar morrer” de certas parcelas de seres vivos que são reiteradamente excluídos da sociedade – seja porque são caracterizados como inúteis, seja porque são posicionados como inválidos, seja porque transgridem normas e valores culturais (SEQUEIRA, 2006; DUARTE, 2009). Em uma sociedade biopolítica, os corpos e as vidas que constituem a “população” são objeto de cuidado de políticas públicas e são permanentemente endereçados pelos meios de comunicação, por exemplo, como sujeitos políticos. Por outro lado, os corpos “que não valem nada” (SEQUEIRA, 2006) são abandonados

(excluídos do bando, da população), esvaziados de sentido político e despidos de direitos sociais. Sua nudez evidencia a dificuldade em exercerem sua cidadania.

Nesse sentido, Giorgio Agamben (2002) traz o termo “vida nua” para se referir ao produto da articulação do biopoder com o poder soberano. O autor retoma a distinção grega entre *zoé*, a existência de vida, e *bíos*, a forma como a vida é vivida, para elaborar sua teorização, considerando que *zoé* seria uma vida matável e sacrificável, como a dos animais, ao contrário da vida qualificada dos seres humanos (*bíos*). Agamben (2002, p. 12) argumenta ainda que “o ingresso da *zoé* na esfera da polis, a politização da vida nua como tal, constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico”. E, para ele, é o poder soberano que atua ainda na biopolítica, separando a *bíos* da *zoé* e decidindo sobre quais as vidas realmente importam para o funcionamento social.

Agamben (2002, p. 9) explica que “vida nua” é um termo originalmente dirigido às pessoas da Roma Antiga que atentavam contra o poder soberano e que, por isso, eram isoladas do convívio em sociedade e abandonadas, retiradas do bando. A figura romana do *homo sacer* é caracterizado a partir de duas características principais: “a matabilidade (qualquer sujeito pode matá-lo sem que tal ato constitua homicídio) e a insacrificabilidade (o *homo sacer* não pode ser morto de maneira ritualizada, vale dizer, não pode ser sacrificado)” (HACHEM, 2011, p. 351). O *homo sacer* se tornava uma vida desprovida de atributos políticos relevantes e era “aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos” (AGAMBEN, 2002, p. 92). Agamben (2002) traz esse termo para atualidade, com o objetivo de argumentar que o estado de exceção e a validação jurídica de vidas nuas não é algo do passado.

Carlos Magno Camargo Mendonça (2018, p. 9) afirma ainda que, dentro dessa lógica, “o soberano tem o poder de criar a lei, de decidir sobre a normalidade da vida e, por conseguinte, de criar o estado de exceção. O mesmo poder que cria a lei pode decidir pela não vigência dela”. Ele enfatiza que este poder soberano não diz respeito a uma “entidade, instituição ou sujeito” especificamente, mas sim o exercício e a manutenção do estado de exceção como “experiência do viver”.

Em registro do diário de campo, é possível observar como isto acontece atualmente no dia a dia da população de rua:

Thiago conta que está com medo de continuar vendendo o jornal por causa da capa [que tematizou uma ação violenta da Brigada Militar em uma ocupação de Porto Alegre] [...]. Ele conta que apanhou (**enquanto mostra as marcas**

no rosto) de um brigadiano e quando foi até a delegacia para prestar queixa o homem que o atendeu falou que havia recebido uma ligação sobre o que aconteceu e que ele não iria prestar queixa contra ninguém ali. Segundo o relato, quando o policial viu o jornal na mão dele, acrescentou: 'tu não vai mais vender esse jornal na rua da praia' (Diário de Campo, Reunião de pauta 10, 2017).

A permanente nudez, em relação ao poder soberano, em que vivem as pessoas em situação de rua integrantes do jornal analisado, apesar de invisibilizada em várias instâncias, é questionada diariamente por meio do que se coloca como mídia radical alternativa (DOWNING, 2004). A partir desta perspectiva, Pelbart (2003, p. 10) afirma que uma vida nua “não tem escolha, para resistir, senão pensar-se para além do julgamento e da autoridade que a condenam [...] Então, a vida nua já não se submete a uma soberania que lhe é exterior, e afirma a sua própria”. De forma análoga, Arán e Peixoto Júnior (2017, p. 5) afirmam que “[...] uma das principais tarefas políticas da resistência seria a apropriação [...] das possibilidades de luta contra o fascismo, capturadas pelos dispositivos de poder instituídos pelo estado de exceção”.

3 Quem fala sobre os corpos da rua

É difícil explicar a partir de falas literais como a biopolítica perpassa os corpos e as vivências dos integrantes do jornal Boca de Rua. Tão acostumados com as violências simbólicas e físicas já citadas anteriormente, o extermínio da sua população os revolta, mas não os surpreende. Além disso, a relação dos integrantes do jornal Boca de Rua com o poder também diz respeito à necessidade constante de autoafirmação enquanto profissionais e, portanto, comunicadores de fato. Isso porque a condição enquanto participantes do jornal não os traz o respeito dirigido aos veículos de comunicação tradicionais.

As mídias radicais alternativas (DOWNING, 2004), como o jornal Boca de Rua, são dispositivos midiáticos que visam expor determinadas pautas que geralmente não ganham espaço dentro das lógicas da mídia tradicional. Segundo o autor, essas práticas começaram com os movimentos de contracultura dos anos 60 e 70. Porém, existem mídias radicais alternativas desde o início dos movimentos sociais, inclusive com a utilização de cartazes em atos públicos (PARKER, 2017, p. 133), uma vez que, para Downing (2004, apud MAZETTI, 2007, p. 2), mídias radicais alternativas não são apenas atividades jornalísticas propriamente ditas, mas também “a arte performática, o

grafite, o vestuário, as músicas populares, [...] atividades culturais que abrem possibilidade de experimentação e [...] outras formas de comunicação”.

É possível observar que também existem diversas mídias radicais alternativas de cunho fascista, fundamentalista ou racista. O que difere, na prática, mídias radicais alternativas de outros tipos de mídias comunitárias diz respeito ao seu contexto, seu conteúdo e seu impacto social em relação às ideias contrahegemônicas (DOWNING, 2004). Downing (2004, p. 29) explica que estas produções são “tipicamente de pequena escala, dispõem em geral de poucos fundos [...]. Às vezes, são atraentes; às vezes, entediantes e repletos de jargões; às vezes, alarmantes; e, às vezes, dotados de um humor inteligente”.

Ainda que a produção de baixo custo e em pequena escala seja uma característica do que John Downing definiu como mídia radical alternativa, durante a produção do Jornal Boca de Rua dos últimos 13 meses, observei que a vulneração (ARÁN; PEIXOTO, 2007) enfrentada pelas pessoas integrantes do jornal no dia a dia de suas vidas se reflete diretamente no *modus operandi* do fazer jornalístico. Como relato em um trecho do meu diário de campo:

Marquei uma entrevista na FASC para o dia 28/03 às 11h. Me apresentei como jornalista e voluntária do jornal e a assessora de imprensa conseguiu um espaço na agenda para dois dias após o meu contato. No dia da entrevista, outra estudante acompanhou o André, um dos integrantes do jornal, para que ele realizasse as perguntas enquanto ela gravava. Eles chegaram minutos antes, mas só foram atendidos às 11:45. Entraram na sala e perguntaram se poderiam gravar um áudio com a entrevista para tornar o processo mais dinâmico, mas a fonte (o diretor administrativo) e a assessora disseram que não, e que eles deveriam anotar todas as perguntas e respostas em um papel, pois 'se queríamos que a FASC nos atendesse, deveríamos atender ao que FASC exigia também'. Como a outra voluntária não é estudante de jornalismo, ela chegou a ficar na dúvida se esse tipo de atendimento era comum, mas não é. [...] (Diário de Campo, 2018).

Nessa perspectiva, as categorias de análise desenvolvidas para sistematizar a pesquisa de campo aliada aos conteúdos presentes em duas edições (63 e 66) do jornal Boca de Rua foram: 1) A nudez das vidas nuas; 2) Resistência ao poder soberano; 3) Articulação de redes de apoio.

As matérias das edições “Luto e Luta” e “Limpeza Urbana, Limpeza Humana” descrevem a “nudez das vidas nuas” a partir de diferentes níveis, como é possível observar nos trechos a seguir:

O medo é tão grande que as pessoas **não querem falar**, pois são **ameaçadas de morte** pelos agressores. [...] Quem não foge, **apanha muito**. [...] Um dos

moradores recebeu uma proposta feita por um vizinho do local para que queimasse o próprio barraco e fosse embora. O valor oferecido: R\$ 20,00. Claro, ele não aceitou. Então, a mesma pessoa pagou outro morador de rua para fazer o serviço (BARRACOS QUEIMADOS, 2017, p. 10, grifos nossos).

As **agressões** vêm principalmente da **política** e da **população civil** [...] Nos primeiros quatro meses do ano, pelo menos **quatro mortes**. Ana Carmem, estudante da Escola Porto Alegre (EPA), foi encontrada **estrangulada dentro de um container**, e Jederson Michel foi **morto com pancadas na cabeça** [...] Em março, [...] dois integrantes do Boca de Rua morreram **assassinados**. [...] Paulo Ricardo levou vários tiros em plena praça da Matriz, cercado por todos os poderes do céu e da terra: legislativo, executivo e judiciário [...] (RUAS VIOLENTAS, 2017, p. 2, grifos nossos).

No primeiro trecho, é possível perceber que a violência física enquanto condição inerente para a denúncia no que diz respeito às situações enfrentadas pela população de rua. Já no trecho referente à matéria “Ruas Violentas”, observa-se a “matabilidade” em relação à população de rua. Ainda assim, destaca-se que existem outros níveis para observar a “nudez” das vidas dos integrantes do jornal Boca de Rua. Muitos deles moram na rua desde criança e agora, adultos, não conseguem criar seus filhos, que logo são encaminhados para instituições que os abrigam. Isso acontece quando a justiça entende que os pais não estão aptos a atender aos direitos fundamentais das crianças. No entanto, os relatos apresentados no jornal mostram que mesmo quando esses indivíduos tentam criar espaços alternativos de moradia, continuam a serem tratados como seres que não são dotados de direitos fundamentais. Conforme transcrito a seguir:

Anna Victoria nasceu no dia 12 de janeiro, mas ela **não teve enxoval para vestir nem lar onde morar**. A casa de lona onde viviam seus pais, Jovana e Guilherme, foi destruída por uma retro-escavadeira e todos os pertences da família foram levados, incluindo as roupinhas do nenê (SEM ENXOVAL, 2018, p. 3, grifos nossos).

Cidadãos, como Ezequiel, foram expulsos de suas casas na Aldeia do Harmonia onde 12 pessoas **viviam pacificamente** há anos. Até o Departamento de Limpeza Urbana (DMLU) foi chamado para remover os moradores **como lixo** (LIMPEZA URBANA, LIMPEZA HUMANA, 2018, capa, grifos nossos).

A partir destes trechos, é necessário ressaltar que os integrantes do jornal Boca de Rua são suas principais fontes, constituindo um jornalismo que funciona essencialmente a partir de fontes primárias e um texto marcado pela oralidade. Em geral, quando alguma situação muito grave acontece, uma parte da reunião é separada para que o relato seja feito. Enquanto faz as anotações, Rosina faz as perguntas que

norteariam um *lead*: o que, quem, quando, onde, como, e por que. Após este primeiro momento, o texto é lido para que todos possam checar as informações anotadas. Um destes casos foi há um mês:

[...] Luís explica que ele e a esposa **grávida**, Júlia, estavam em frente ao Zaffari⁹ vendendo o jornal quando chegaram 5 viaturas da BM para **intimá-los**. “Cinco viaturas pra pegar nós, 3 pessoas”, conta rindo. “O gerente do Zafari alegou que a calçada é do estabelecimento, mas nunca vi disso, calçada ter dono. O brigadiano me chamou de **'nego ladrão'**, mas eu insisti que só uma mulher poderia revistar a Ju, mesmo eles me **ameaçando** [...] Eles falaram que sempre que o Zaffari chamar eles vão ir, mas **vou continuar vendendo lá sim**. O meu ganha pão é lá. [...] Intervenção militar já existe faz tempo pra gente. Nunca deixou de existir. O brigadiano falou bem assim pra mim 'tu acha que eu queria estar aqui? Queria tá no morro **matando** gente que nem tu', todo mundo que tava em volta ouviu. [...] Tinha uma senhorinha lá que te conhecia, Rosina. Ela pegou o celular e começou a filmar tudo, porque falou que nosso trabalho é sério. Aí começaram a querer prender ela, coitada” (Diário de Campo, reunião de pauta 37, 2018, grifos nossos).

A própria existência de um jornal que tenha como objetivo pautar questões relevantes para a população de rua, já se configura enquanto resistência ao poder soberano. Tornar públicas as narrativas que cercam estas vidas nuas, não as “desnudificam” por completo, mas “a forma de funcionamento do [jornal] e de suas reuniões, nas quais as votações e o debate são os norteadores para as tomadas de decisões” (MUSSKOPF, ZAGO, 2018, p. 13) mostram que diferentes formas de resistência são possíveis. Inclusive no que diz respeito à democratização da comunicação, tema tão relevante em um país, como o Brasil, no qual historicamente a comunicação é um modelo de negócios familiar:

[...] começa a contar que ele gosta do Boca de Rua porque ele se sente representado. Ele explica: “uma vez eu decidi dar uma entrevista para o [...], porque achei que ele, por ser negro, nos representaria. No fim, **a matéria distorceu completamente o que eu falei** [...] Eles [a mídia hegemônica] sempre querem **criminalizar** o morador de rua” (Diário de Campo, reunião de pauta 1, 2017, grifos nossos).

Nesse sentido, a estratégia de resistência que mais se destaca para quem convive com os integrantes do jornal Boca de Rua é justamente a capacidade de dar nome às vidas que antes seriam mais facilmente categorizadas somente enquanto “moradores de

⁹ O Grupo Zaffari é uma empresa brasileira que existe desde 1935 e possui 34 lojas no país. Ocupa o primeiro lugar no ranking de empresas de supermercados com capital 100% nacional (CHIARA, 2016).

rua”. A partir da próxima edição do jornal¹⁰, por exemplo, todas as contracapas serão destinadas para contar a história de alguém. “Histórias que valem a pena ser contadas”, eles fazem questão de destacar. Quando a mudança foi decidida como algo definitivo, aconteceu o seguinte diálogo:

[...] Cintia lamenta que “as histórias vão ser mais triste que bonitas”. Mas Rosina explica a ela que “é bonito quando alguém tem uma história triste e tem **coragem de contar**. Porque, daqui a pouco, quem tá lendo via vocês como '**marginais**', mas acaba percebendo que tem uma história parecida com vocês de algum jeito. Além de conhecer as notícias, as pessoas vão conhecer vocês” (Diário de Campo, reunião de pauta 36, 2018, grifos nossos).

A instituição que recebe críticas mais frequentes é vinculada à Prefeitura, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Mas este também é um dos poucos pontos de mediação entre o poder público e a vida da população de rua: “Um dos integrantes do jornal relata '**abuso de poder**' na FASC. Ele conta que nos Centros Pop 1 e 2¹¹ só têm banho gelado, 'no Pop 1 tem poucas vagas, com preferência para os mais velhos' (Diário de Campo, reunião de pauta 3, 2017, grifos nossos)”.

Uma das características intrínsecas às mídias radicais alternativas é a formação de redes de apoio e, por isso, este foi um ponto-chave de observação. Downing (2004, p. 117) defende que, ainda que a atuação das mídias radicais alternativas seja um importante instrumento de resistência, elas precisam existir também “para que as ilhas se transformem em um arquipélago”. Isto é, “organizar-se de modo a promover a capacidade de desenvolvimento em suas próprias fileiras, a fomentar a participação dos grupos historicamente excluídos em todas as decisões” (Ibidem).

Dentre as pessoas diferentes presentes, estava, por exemplo, uma representante do Centro POP (Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua) e uma psicóloga, que se propôs a conversar com o grupo sobre a situação da Cracolândia, em São Paulo. [...] A discussão gira em torno da **construção de redes de apoio**, para evitar internações compulsórias ou ações agressivas por parte do Estado que visem a higienização da cidade. A psicóloga conta que a reforma psiquiátrica brasileira e a luta antimanicomial ainda são recentes na história do país e é preciso que os moradores de rua **estejam organizados** para evitar internações. João começa a contar que a população tem associado os moradores de rua ao tráfico, embasados também na situação da Cracolândia, mas que a violência contra a população de rua vem de diversas frentes e não apenas desta. [...] A representante do Centro POP divulgou a Conferência Livre da Saúde da

¹⁰ Edição número 68, prevista para sair entre 24 e 31 de julho de 2018.

¹¹ O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) faz parte da política de Proteção Social Especial de Média Complexidade, desenvolvida pela Fasc. É o órgão responsável pelo acompanhamento socioassistencial de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

Mulher em Situação de Rua, **convidando as mulheres do Boca de Rua** para participar com falas e sugestões e afirmou que "contra a tentativa de higienizar a cidade, é preciso **criar espaços de cuidado**". [...] Todos entram em consenso ao afirmar que é necessário mostrar as **potencialidades da população de rua** através da cultura. Rosina avisa que está anotando as sugestões para que a reunião tenha como resultado a construção de um **plano de ação** (Diário de Campo, reunião de pauta 2, 2017, grifos nossos).

Esse tipo de organização também acontece entre as mídias radicais alternativas da cidade e auxilia no processo de produção do jornal, muitas vezes resultando em um material que chama a atenção e aumenta as vendas de determinada edição:

Rosina fala ao grupo que é muito importante que eles façam parte da matéria, porque "somos todos parceiros de mídias alternativas, junto também com o Nonada, Jornalismo B. Assim como o Sul 21 nos **cedeu as fotos** da Lanceiros Negros, é **importante ajudar e um se aliar ao outro**" (Diário de Campo, reunião de pauta 9, 2017, grifos nossos).

O jornal Boca de Rua é uma importante fonte de renda para seus integrantes, que provavelmente não o fariam caso não fossem remunerados. Entretanto, para vários deles, o jornal é um manifesto que afirma que suas vidas importam. Esses seres, que se recusam a aceitar a "limpeza humana" feita tantas vezes em Porto Alegre, por diferentes gestões Municipais, controlem um jornal que tensiona a lógica hegemônica de comunicação e torna visível os mecanismos biopolíticos que agem sobre seus corpos vulnerados.

Se, por um lado, os integrantes do jornal Boca de Rua produzem narrativas que buscam humanizá-los, por outro, a produção do jornal é constantemente interpenetrada pela "nudez" das suas vidas. Da mesma forma, esse processo faz com que a rotatividade do grupo seja grande, considerando que as vidas dos integrantes do jornal tenha, muitas vezes, essa característica, como eles próprios chamam, peregrina. Isso significa, concretamente, que muitos integrantes morrem ou são mortos, vítimas do acentuado processo de vulneração de suas vidas e de seus corpos. Nesse sentido, as páginas do jornal Boca de Rua e as reuniões de pauta realizadas para sua produção, tornam-se instâncias de contestação aos mecanismos biopolíticos que despem de cidadania a existência dos moradores de rua. Trata-se, portanto, de tomar uma produção midiática como estratégia de politização de vidas nuas, em um movimento de resistência à incidência mortal da biopolítica.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARAN, Márcia, PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2007, vol.41, n.5, p. 849-857.

CHIARA, Márcia de. Zaffari investe R\$ 35 milhões no segundo hipermercado em SP. EXAME [online]. 27 de julho de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/grupo-zaffari-investe-r-35-milhoes-no-segundo-hipermercado-em-sao-paulo/>> Acesso em: jul 2018.

DOWNING, John D. H. (org.). **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**, Silvana Vieira (trad.). 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DUARTE, André. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Orgs). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 35-50.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HACHEM, Daniel Wunder. A biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: O estado, a sociedade de segurança e a vida nua. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**. Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011.

MAZETTI, Henrique Moreira. Mídia alternativa para além da contra-informação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2007.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargo. Dandara: a vida nua de um corpo sem peso. **Contemporânea** – Revista de Comunicação e Cultura. Dossiê Estéticas e Políticas do Corpo, v. 16, n. 1, 2018.

MUSSKOPF, Caroline de Mendonça. ZAGO, Luiz Felipe. **Jornal Boca de Rua: O Potencial Democrático das Mídias Radicais Alternativas**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2018.

PARKER, Marcelo Xavier. **Comunicação radical e democracia direta**: as ocupações universitárias. In: Comunicação Pública e Política. WEBER, M. H. COELHO, M. P. LOCATELLI, C. (org). Florianópolis: Insular, 2017.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital** – ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro. Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, vol. 26, n. 4, p. 660-671. 2006.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. SANTOS, Simoe Ritta dos (orgs.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.